



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

SEXTA-FEIRA, 07 :: novembro :: 2014

## MPE e MPT requerem a dissolução do Instituto Sócio Educacional Solidariedade

O Ministério Público de Sergipe e o Ministério Público do Trabalho ajuizaram Ação Civil Pública contra o Instituto Sócio Educacional Solidariedade - ISES, com sede em Aracaju, visando a destituição de dirigentes, bem como a dissolução da Instituição sem fins lucrativos, que celebrou termos de parceria nos Estados de Sergipe, Bahia e Tocantins. A Ação, suscitada por 14 promotores de Justiça e por um procurador do Trabalho, foi fruto do trabalho coordenado pelo Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor.

Os 'MPs' requerem, ainda, que haja nomeação de interventor judicial, com o intuito de eliminar todas as ilegalida-

des na prestação dos serviços executados pela entidade durante o período de 12 meses. Além disso, o ISES não poderá firmar novos termos de parceria com o Estado e nem com os Municípios de Sergipe.

Os promotores de Justiça pedem, também, a quebra do sigilo bancário de todas as contas da entidade, bem como o imediato bloqueio das contas bancárias e quebra do sigilo fiscal, com expedição de ofício à Receita Federal do Brasil, solicitando as demonstrações contábeis dos exercícios 2009 a 2014 e da declaração de imposto de renda.

**Entenda o caso** - Em 2009, o ISES atuava somente no município baiano de Vitória da Conquista. No ano

de 2010, a entidade ampliou sua área de atuação para todo o Estado da Bahia. Já em 2011, o Instituto passou a atuar em Sergipe, no Município de Umbaúba. Por fim, a partir de 2012, a entidade firmou diversos termos de parceria e sua sede foi oficializada na cidade de Aracaju, de acordo com um documento extraído do site da Receita Federal.

Constatou-se, ainda, que o Instituto celebrou termos de parcerias com mais 10 municípios sergipianos, dentre eles, Japaratinga, Propriá, Riachão do Dantas, Divina Pastora, Tobias Barreto, Poço Redondo, Frei Paulo, Laranjeiras, Canindé de São Francisco e Macambira.

De acordo com o Relatório de Auditoria Operacional emitido pela Diretoria de Controle Externo de

Obras e Serviços do Tribunal de Contas, o Instituto recebeu recursos públicos no valor de R\$ 50.945.447,01, no período de 2011 a 30 de junho de 2014, tendo sido empenhado o valor de R\$ 71.714.673,60.

Dentre as várias ilicitudes apontadas pelo Tribunal de Contas, o ISES apresentou, ainda, irregularidades em processos seletivos, não fez consulta prévia aos Conselhos de Políticas Públicas, e não tem capacidade operacional e financeira para cumprir os termos de parcerias e terceirização ilícita de mão de obra, para a execução de serviços vinculados a atividade-fim do Poder Público Municipal.